



O ALCOOLISMO ENTRE JOVENS INDÍGENAS: ESTUDO DE UMA COMUNIDADE KAINGANG NO PARANÁ

Paulo Caldas Ribeiro Ramon/UEM/Rede CEDES/CNPq

pauloribeiro1987@gmail.com

Rosângela Célia Faustino/UEM/CNPq/MDS

rofaustino@terra.com.br

Resumo

O presente trabalho aborda a temática do Alcoolismo Indígena no Estado do Paraná cuja população é de 9.150 indivíduos (dados estimados em 2010/2011) provenientes de três etnias diferentes (Guarani, Kaingang e Xetá), habitantes de 29 Terras Indígenas demarcadas e 3 não demarcadas. De acordo com a FUNASA – Fundação Nacional da Saúde, instituição responsável pela saúde indígena, o suicídio e o alcoolismo são as maiores moléstias que acometem a população indígena. Nos anos de 2001/2006 foram realizadas conferências, com a participação das comunidades, sobre a temática do alcoolismo, nas quais as propostas estavam na proibição da entrada de bebida alcoólica nas aldeias e conscientização sobre os malefícios da ingestão de álcool. Os grupos indígenas desenvolveram algumas estratégias (aconselhamentos, privação da liberdade, expulsões, consentimentos em algumas situações) para enfrentar este problema que é considerado muito grave pelas lideranças. Algumas escolas indígenas têm tentado um trabalho preventivo abrindo espaço para o diálogo e a reflexão junto à comunidade, porém são iniciativas incipientes diante da gravidade do problema. A presente pesquisa realizou-se no âmbito do projeto “*O esporte/lazer em Comunidades Indígenas no Paraná*” 2009/2010 financiado pela Rede Cedes e Ministério do Esporte. Observou-se a gravidade do problema bem como a ausência de diagnósticos que contribuam com a formulação de estratégias para seu enfrentamento.

Palavras-Chave: Indígenas no Paraná; Jovens; Alcolismo; Prevenção

Introdução

O presente trabalho aborda a temática do Alcoolismo Indígena no Estado do Paraná, cuja população é de 9.150 indivíduos (dados estimados em 2010/2011) de três etnias diferentes (Guarani, Kaingang e Xetá), espalhados ao longo de 29 Terras Indígenas demarcadas e 3 em processo de demarcação.

Para a presente discussão faz-se necessário algumas especificações da etnia Kaingang. Para tanto, buscou-se dados provenientes de estudos de etno-historiadores e antropólogos pesquisadores do tema (MOTA, 2003; TOMMASINO, 1995; TOMMASINO, FERNANDES, 2003). Atualmente os Kaingang têm uma população estimada de 29 mil habitantes, no estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vivendo em Terras Indígenas e Aldeias Urbanas, demarcas ou em processo de demarcação. A etnia Kaingang representa assim, uma das mais populosas no Brasil. Na classificação lingüística, são pertencentes ao tronco lingüístico Jê. Juntamente com os Xokleng, em Santa Catarina, constituem o chamado tronco lingüístico Jê Meridional ou Jê do Sul.

Conforme Mota (2003, apud Faustino 2006) consta que a presença dos grupos Kaingang no Ivaí está relacionada com a expansão das fazendas de gado nos Campos Gerais e na região de Guarapuava ocorridas desde o início do século XIX forçou os Kaingang a irem se instalando nas matas das serras do vale do rio Ivaí, e que passaram a sofrer aí a pressão das populações não-índias chegadas neste período para ocupar esses territórios. Neste contexto, desenvolveram, a partir do século XIX, conforme registros históricos disponíveis, a política de reivindicar do governo a demarcação de seus territórios.

No início do século XX, por meio da Lei nº 853/1909, o governo do Paraná decretou uma porção de terras aos índios Kaingang na margem direita do rio Ivaí. O Art. 1º da Lei determinara que: “o governo do Estado fará medir e demarcar as áreas de terras reservadas em tempos aos índios, em vários pontos do Estado, por decreto do executivo.” (MOTA, 2003, p. 93). A análise desta legislação feita pelo autor, levou-o a concluir que o governo republicano ainda mantinha a idéia de agrupar os índios para “catequizá-los” e “civilizá-los”, seguindo os mesmos preceitos do período imperial e colonial em todo o país.

O estudo mostra que, a partir de 1912, diferentes regiões do Paraná passaram a receber diversos grupos de colonizadores estrangeiros, entre esses, alemães, poloneses e ucranianos, que fundaram colônias ou núcleos de povoação. Além dos estrangeiros, os territórios foram sendo ocupados por contingentes de populações não índias oriundas da região de Guarapuava.

Muitos foram os conflitos provenientes deste processo e o governo do Paraná, mesmo tendo destinado parcelas de terras aos indígenas não as regulamentou efetivamente o que gerou uma série de lutas e disputas. Exemplo disso é o “sangrento episódio da guerra de Pitanga envolvendo os Kaingang e outras populações da região”. (MOTA, 2003, p.97). A partir deste acontecimento foi elaborado um novo decreto, em 1924, no qual se demarcaram as Terras Indígenas no vale do Ivaí significando, porém, o novo “desenho” dos territórios Kaingang, uma diminuição substancial de áreas, anteriormente destinadas aos indígenas.

Anos depois os Kaingang desta região sofreram novamente violenta subtração de suas terras quando, em 1949, o governo do Estado firmou com a União um acordo que diminuiu consideravelmente as extensões da grande maioria das áreas indígenas do Estado em benefício de fazendeiros, colonos e imigrantes que haviam já se apropriado destas terras. Sob a justificativa de “reestruturação” das áreas indígenas, esse acordo expropriou cerca de 90% dos territórios Kaingang demarcados em decretos anteriores.

Todos os decretos anteriores foram revogados e as terras indígenas sofreram uma grande redução nas suas extensões. No dia 29 de janeiro de 1951 foi lavrada a escritura que transferiu as terras expropriadas para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. O SPI ficou responsável pela demarcação das novas áreas que só foram escrituradas em 1955. (MOTA, 2003, p. 103)

Conforme Faustino (2006), neste período, todo o Paraná já havia sido “colonizado”, inclusive o norte do Estado já estava dividido em lotes e cidades “pólos” já haviam sido planejadas pelas companhias colonizadoras de capital estrangeiro. Devido a este “projeto de desenvolvimento”, a expansão das fazendas de café que promoveram a devastação da fauna e flora, os Kaingang foram obrigados a residir nos *Postos Indígenas* demarcados pelo Estado restando ao SPI – Serviço de Proteção ao índio, o papel de administrar os conflitos e atender aos inúmeros problemas surgidos entre fazendeiros, políticos locais e os índios.

Nos períodos seguintes teve início a chegada de novos grupos de populações imigrantes (poloneses, italianos, alemães, ucranianos, libaneses) e nacionais (paulistas,



mineiros, nordestinos, gaúchos, catarinenses), incentivada pela propaganda de atração para venda, feitas pelas companhias colonizadoras e governo do Estado. Esta entrada em massa de novos grupos populacionais colocou fim à mobilidade das populações indígenas em seus antigos territórios, fixando-os em áreas restritas e institucionalizando a dependência destes povos ao poder público.

Tradicionalmente, os grupos indígenas que habitam o Estado do Paraná, viviam em grandes extensões de terra e se organizavam por meio de grupos familiares extensos. Este tipo de organização propiciava o manejo ecológico do território, o acesso a farta e diversificada alimentação proveniente da caça, pesca e coleta (mel, frutas, pinhões, raízes, plantas etc) bem como a identificação, prevenção e controle de doenças.

Porém, o processo violento de usurpação e venda das terras na região, levou ao aldeamento destas populações em pequenas extensões de terras, aglomerando um grande número de pessoas em uma mesma aldeia sem infra-estrutura e em confronto com a organização sociocultural indígena. Isso resultou no sedentarismo, na dependência, assistencialismo governamental, falta de perspectivas e alternativas dignas de vida, desesperança, na introdução de bebidas alcoólicas, em muitos casos, inclusive, incentivada pelo poder público para “acalmar” os conflitos.

Em decorrência desse processo, o alcoolismo representa hoje uma das maiores doenças que acomete grande parte das populações indígenas em todo o estado do Paraná, afetando a todos, mas, principalmente, jovens cujas alternativas de vida são pouco promissoras uma vez que tem baixa escolaridade e pouco acesso a empregos e renda, concomitante ao assédio, provenientes dos meios de comunicação de massa, ao consumo.

O alcoolismo indígena

Primeiramente as coletas se iniciaram no âmbito do projeto de Pesquisa “O Esporte/Lazer em Comunidades Indígenas no Estado do Paraná”, tendo financiamento da Rede CEDES, Ministério do Esporte, sendo a execução uma parceria do DEF (Departamento de Educação Física) juntamente com LAEE (Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-história) ambos da Universidade Estadual de Maringá



tendo sido possibilitadas pesquisas de campo com duração média de 2 a 3 dias (em cada Terra Indígena) no decorrer de 2 anos, nos quais foram coletados dados referentes a saúde, transporte, organização política. Com um enfoque na esfera esportiva, o presente projeto ainda está em andamento.

Já no ano de 2011 a coleta de dados se estendeu frente a execução do projeto de pesquisa “*O Impacto do Programa Bolsa Família na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas Kaingang e Guarani no Estado do Paraná*” financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Este possibilitou a ampliação das pesquisas de campo que compreendem observação e registros com enfoques mais específicos, tanto tematicamente como territorialmente, analisando o acesso à educação e sua relação com as atuais políticas públicas e inclusão social, especialmente o Programa de Redistribuição de Renda – Bolsa Família.

Em relação ao alcoolismo, foi feito um estudo geral e, posteriormente, delimitou-se uma Terra Indígena específica para a investigação mais aprofundada, porém esta não será explicitada no presente texto. Tal opção justifica-se frente a condicionalidade imposta pelo cacique pois são permanentemente discriminados diante do fato de que membros da comunidade vão para as cidades do entorno, ingerem bebida alcoólica e ficam expostos em ruas e calçadas públicas causando constrangimentos à população. Outra justifica é que os dados ora apresentados são parciais, representam uma pequena contribuição ao debate sobre esta questão, porém são necessárias pesquisas abrangentes e aprofundadas que elucidem com profundidade, as origens do problema e apontem para possíveis intervenções.

A fim de preservar a integridade e sigilo das populações envolvidas, seguiremos esta medida ética também em relação aos relatores que não serão, neste texto, identificados.

Os estudos possibilitaram compreender que, desde 1999, a FUNASA – Fundação Nacional da Saúde é responsável pela saúde Indígena, estando presente em todas as aldeias no Paraná. Nos anos de 2001-2006 foram realizadas conferências sobre a temática do alcoolismo, nas quais as propostas estavam na proibição da entrada de bebida alcoólica nas aldeias e conscientização dos malefícios da ingestão de álcool,



dado que o suicídio e o alcoolismo são considerados as maiores moléstias que acometem a população indígena.

Atualmente a FUNASA se encontra em momento de transição, a sigla mudará para SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena. Tal transformação se tornou necessária frente a algumas denúncias que levaram à imperativa necessidade de melhores especificações na saúde.

No período de vigência da FUNASA (1999-2011), além das conferências, não foram identificados tratamento ou prevenção específicos referentes ao alcoolismo indígena, sendo que, as alternativas encontradas pelo corpo técnico não são muitas, geralmente encaminham os casos mais crônicos para os CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial Anti-Drogas), pois nas cidades que envolvem as aldeias não foi identificado nenhum Grupo de Tratamento como no caso do AA (Alcoólicos Anônimos), até o final de 2010.

Deste modo os encaminhamentos são realizados para as cidades Pólos no Estado, como Londrina (Região-Norte), Palmas (Região-Sul), Guarapuava (Região-Central), havendo uma grande resistência por parte dos indígenas internados em irem ou permanecerem nestes. Questões observadas referente a esta resistência ao tratamento remetem para a própria cultura (não querem se afastar da comunidade onde se sentem protegidos), além das dificuldades inerentes a determinadas tratamento não-indígena (principalmente o preconceito ou julgamentos de valor) bem como as dificuldades lingüísticas e os diferentes hábitos alimentares (ingerem pouco sal, açúcar e carnes vermelhas).

Um dos exemplos mais agudos do despreparo da sociedade envolvente é o trágico caso de “Dingo” ou “Yuno” (apelidos pelos quais este indígena era conhecido em sua aldeia). Por transitar sem documentos de identificação, foi encaminhado ao Hospital Psiquiátrico de Maringá no ano de 2010, quando encontrado estava em condição transeunte em estado embriagado circulando por ruas e avenidas movimentadas de Maringá. O tratamento e a identificação foram muito difíceis principalmente pela barreira lingüística, e só fora conseguida após intervenção de uma estudante indígena de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá, pertencente a etnia Kaingang.

Em populações não-indígenas Marques & Ribeiro (2002) consideraram o consumo de álcool em três formas básicas: uso, abuso e dependência. Sendo que a primeira se caracteriza pela ingestão de uma pequena quantidade de álcool na qual não trará comportamentos de risco, mas que impreterivelmente, trará algum dano/prejuízo ao consumidor, seja âmbito biológico, social ou psicológico. Já no Abuso há um claro déficit cognitivo caracterizado por estados de Euforia e conseqüente Depressão, geralmente após algumas horas de uso, em momentos de Euforia o comportamento agressivo pode ser exacerbado diminuindo consideravelmente a tolerância a frustrações trazendo assim muitos danos sociais como acidentes de carro e brigas. No caso da dependência alcoólica, 90% a 70% dos dependentes apresentam a SAA (Síndrome de Abstinência Alcoólica), sendo que para se caracterizar a dependência há necessário que haja um enquadramento específico no CID e DSM.

No âmbito dos dois projetos de pesquisa mencionados, por meio de observações e entrevistas abertas com as comunidades, caciques (lideranças políticas) e profissionais da Saúde, há uma consonância geral acerca da gravidade do alcoolismo nas Terras Indígenas no Paraná. Conforme dados parciais levantados a partir do ano de 2010 foram elencados alguns depoimentos julgados mais relevantes para esta abordagem.

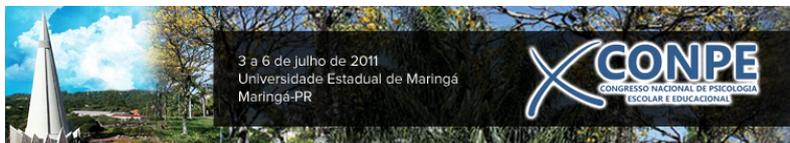
“Para você entender bem ... o álcool é o crack do índio.” (Liderança Guarani em relato a partir de uma conversa oportunizada no II Campeonato de Futebol Indígena no dia 23 de Abril de 2011)

Uma enfermeira não-indígena da FUNASA, de uma Terra localizada na região centro-norte do Estado relatou-nos:

“Aqui é bom trabalhar, mas é difícil, eles bebem e geralmente os homens não pedem ajuda. Eles são ariscos mesmo sabe? não querem pedir ajuda. perdem o controle com a bebida. vão bebendo, bebendo...até cair, daí os encaminhamentos são difíceis, além de haver poucas vagas nas regionais, eles tem um choque cultural muito grande.” (Relato coletado em 24/05/2010)

Outro relato de outra enfermeira, que nos chama a atenção para a gravidade do problema:

“Sabe... aqui na aldeia temos um problema grave, é muito grande e espalhada, temos muita influência do branco aqui...você deve saber né? O Kiki [bebida



fermentada de mel que deu nome ao ritual dos mortos Kaingang, eles já bebiam antes de entrar em contato com o branco, só que agora é pior, eles bebem de tudo, cerveja... inclusive muita pinga.” (Relato coletado em 05/02/2011)

Outro relato que consideramos relevante oriundo de um Kaingang em estado eufórico, coletado no II Campeonato de Futebol Indígena, ao referir-se a um “trago”, termo utilizado na língua *fog* (dos brancos) para designar bebidas (geralmente destiladas). A estas bebidas os Kaingang usam o termo *goiô koreg* (*goiô* significa água e *koreg* tudo que é ruim para os Kaingang).

“Não liga não! Estou bebendo só um pouquinho só, é que faz parte da minha cultura!” (UEM, Maringá, II Campeonato de Futebol Indígena dia 23/03/2010)

Além desses depoimentos, coletados em diferentes espaços e situações, os dados apresentados a seguir foram registrados em nosso *Caderno de Campo* pessoal elaborado ao longo do ano de 2011, encontrando-se assim em caráter descritivo, e não em forma de entrevista como os relatos acima expostos, e desta maneira manteremos o anonimato dos envolvidos e da cidade em questão:

Nos dias 05/04/2011 observamos a presença de indígenas embriagados pelas ruas de um município em questão no Estado do Paraná adjacente à Terra Indígena em que fazíamos a pesquisa de campo. Havia muitos indígenas notoriamente embriagados e caídos ao longo da estrada. Geralmente bebem cachaça e destilados misturados à Vermout, Pinga, Vodka, Groselha, suco de saquinho, guaraná, ou tubaína. Em um recipiente só (geralmente garrafa PET), com esse tipo de bebida, passam o dia todo alcoolizados e notoriamente desprovidos de coordenação motora. Muitos exalam cheiro muito forte de pinga, mas diferente do cheiro dos alcoolistas não índios, um cheiro um pouco mais ácido e doce. Não é possível saber se o odor diferenciado é decorrente da diferente metabolização ou das misturas.” (CADERNO DE CAMPO PESSOAL, 2011 s. p.)

Outro excerto que destacamos:

“Na volta do primeiro dia de trabalho, quando íamos ao hotel, vimos mais alguns indígenas embriagados pelas ruas da cidade. Observamos que algumas casas, logo na entrada da T.I., servem de bares. Embora estivessem fechadas, os vizinhos informaram que ali se vende cerveja

Nos recipientes de lixo da aldeia há muitas garrafas de destilados dos mais diversos, entre eles pingas, conhaques e batidas. Destas batidas, a maioria é de garrafa de plástico, pelo rótulo observamos ser das mais fortes e adoçadas. A suposição é de que, possivelmente, servem para disfarçar o gosto ácido das pingas normais.” (DIÁRIO DE CAMPO PESSOAL, 2011 s. p.)

Sobre o consumo de álcool no interior da aldeia:

Na tarde do dia seguinte, fomos a algumas casas que acompanham o sentido do rio e das *Araucárias*, então vi mais alguns indígenas embriagados. Bebiam latinhas de cerveja e corotinhos (garrafas pequenas e atarracadas de pinga) dos quais geralmente escondiam quando aparecíamos nas casas, mas desta vez haviam me chamado para conversar, estavam nas proximidades do campo de futebol, mas infelizmente não consegui aplicar o questionário, primeiramente por que estavam em estado de embriaguez aguda e acrescido a isto, meu entendimento da língua indígena deixa muito a desejar. Quando o motorista chegou fomos embora. Quase atropelamos um indígena que estava dormindo no mato, ao lado da estrada que liga a aldeia à cidade, com os pés para fora. Já caía o dia e muitos estavam embriagados ao longo da estrada. Registrei uns 30 homens (entre jovens, adultos e crianças) perambulando pela estrada que nos pediram carona e dinheiro. DIÁRIO DE CAMPO PESSOAL, 2011 s. p.

Como destacado por Oliveira (2001) o consumo alcoólico não se restringe aos jovens, maiores ou menores de idade, estando presente na aldeia, abrange homens e mulheres de todas as faixas etárias:

(...) Assim fizemos mais uns questionários, fomos no final indagados, eu disse -Bom Dia, Ele - Rapé! Nós temos nossa língua! Vocês as suas! E eu a minha! Estava notoriamente bravo e me fitava com seu hálito etílico característico (...) Conversamos um pouco sem muito sucesso, muitos indígenas estavam bebendo mas alguns chamavam mais a atenção e notoriamente faziam questão de me cumprimentar, ao longo da estrada vi um jovem de seus 15 anos que estava alcoolizado desde o dia anterior, mas nessa manhã ele não agüentava mais caminhar, estava de cócoras na estrada de terra, enquanto cambaleava conversava com seu pai e sua mãe, que segundo Intérprete que nos acompanhou, diziam para ele levantar e ir para casa e parar de beber, mas ele insistentemente mantinha a garrafa de Corotinho em mãos, até que seu pai também retirou uma outra garrafa da jaqueta, o jovem animou-se e com mais outro, entraram na mata, na volta para o almoço pude ver o Jovem que estava de cócoras na estrada, agora estava caído em um caminho na mata. (...) Também havia um menino de aparência de uns 12 anos que estava com o hálito



etílico jogando bola com os mais novos, aproximei-me pelo futebol e comecei a brincar e tirar fotos das crianças, quando este jovem se aproximou pude sentir seu hálito etílico, depois, juntando os fatos notei que ele estava na casa de um indígena que faz artesanato pois sua mulher o abandonou (segundo seus próprios relatos) e muitos homens estavam lá bebendo, entre eles este jovem rapaz. DIÁRIO DE CAMPO PESSOAL, 2011 s. p.

Sem solução para a questão, os caciques estão buscando alternativas que compreendem, muitas vezes, a autorização de que ingiram bebida na própria aldeia, situação proibida no passado recente. Em alguns relatos, os caciques nos explicam que foi a solução discutida com a comunidade e aplicada para evitar que perambularem pelas ruas, sejam atropelados ou causem constrangimentos aos não-índios da cidade.

No relato abaixo evidencia-se algumas diretrizes próprias tomadas pelas lideranças frente ao consumo de bebida e aos divórcios constantes,

“(...) anteriormente, quando o outro era cacique havia tipo de uma ditadura. Os homens não podiam namorar, as mulheres não podiam sair de casa, mas hoje ele já liberou todos. Liberou para beber também, e tudo que eles quiserem... mas antes tem que falar e avisar os caciques ou outras lideranças.” DIÁRIO DE CAMPO PESSOAL, 2011 s. p.

Quanto à catalogação de bebidas encontradas em campo, fora possível destacar Conhaques, Aguardentes em geral, Cervejas de Latinha e de Garrafa, Garrafas de Vodca, Vermout. Havendo assim clara predominância de uma marca em específico (T. B.), de uma destilaria do próprio município do entorno, com uma graduação alcoólica de 29 GL°.

Para um levantamento que permita análises aprofundadas da questão do alcoolismo entre comunidades indígenas, mostra-se clara a necessidade de mais “horas de campo” com ênfase na aldeia cujos relatos do Diário de Campo aqui foram apresentados, para que assim seja possível a sistematização e confrontação de fontes (relatos e registros das unidades de saúde, entrevistas semi-dirigidas), fotografias etc.

Referencial Teórico

Inicialmente se faz necessária a compreensão histórica da temática. Não nos estenderemos neste momento a complexidade entre os Kaingang, Guarani e a sociedade envolvente. Levantaremos elementos chave que possam subsidiar nossa investigação, assim sendo, Mota (2009) em seu livro “As Guerras dos Índios Kaingang” destaca que os solos férteis ocupados pelos Kaingang no séc. XIX eram apresentados a partir da década de 30 como terras desconhecidas e inabitadas, desta forma, muitos relatores e a própria mídia da época considerava o solo fértil um “Vazio Demográfico” que ocupava a região Norte e Central, estimulando assim desconhecidos a se aventurarem em um terra na qual não havia população, no entanto os fatos evidenciados posteriormente foram de intensas trocas, guerras e sequestros.

Desde os primeiros anos da chegada dos europeus aos territórios indígenas no sul do Brasil já percebemos as relações interculturais dentro de um gradiente que vai da amizade a e da troca de produtos até o extremo desse gradiente com mortes, raptos e outras formas de violência. A partir das donatarias e do 1º Governo Geral, o processo de ocupação das terras e do aprisionamento indígena para o trabalho nas fazendas faz eclodir a era dos conflitos e da resistência indígena. MOTA 2009 p. 115.

Kohatsu & Oliveira (1999) abordaram a temática do alcoolismo em uma Terra Indígena Kaingang de características culturais e linguísticas muito similares, às que observamos e destacam que:

(...) a semelhança de outras etnias, a introdução da bebida alcóolica dentro da aldeia do Apucarantina, tem sua origem na época do contato. (...) bebidas fermentadas eram fabricadas e consumidas durante festas religiosas e profanas, em rituais e comemorações, sendo restritas a estas ocasiões. A introdução de alambiques dentro da reserva foi uma estratégia para dominação e apropriação de terras e bens das comunidades indígenas, e causou mudanças drásticas no modo de beber, gerando os problemas enfrentados na atualidade. KOHATSU & OLIVEIRA p. 191

Os estudos de Oliveira (2001) apontaram elementos que podem nos auxiliar na investigação acerca do alcoolismo entre os Kaingang. A autora destacou que, em cada

cultura o uso alcoólico varia quantitativamente e qualitativamente. No caso dos Kaingang afirmou que há uma clara ruptura do sentido, ou seja, inicialmente a bebida utilizada por estes povos era o Kiki fermentado de mel, geralmente servido em um grande cocho produzido a partir da derrubada de uma Araucária na ocasião em que seria celebrada a festa dos mortos. Este era, antes do aldeamento, o principal ritual Kaingang, no qual participavam as metades clânicas (TOMMAZINO, 1995). Havia a presença de muitos rezadores, *Kuiãs* e comunidade. As rezas para encaminhar os mortos se estendiam até que o Kiki fosse todo consumido em volta ao fogo.

Sobre o uso de substâncias psicoativas em tradições religiosas, Souza (2004) elenca inúmeros processos de transformação no sentido dado as substâncias em diferentes momentos históricos, conclui por final:

Drogas e tabaco são, enfim, substâncias em relação às quais usos e tradições mudaram a partir de diferentes mudanças e costumes históricos, com os padrões de tolerância em relação ao uso de drogas sofrendo significativas transformações em termos históricos e, também, em termos espaciais, variando constantemente de um país para o outro e de uma época para a outra. Só a partir de tais mudanças tais usos e tradições podem ser compreendidas. E compreendê-los ajuda, finalmente, a captarmos nuances das sociedades e das épocas nas qual o consumo de tais substâncias se deu; às vezes de forma livre, outras vezes a partir de uma associação com os setores menos valorizados socialmente e outras, finalmente, sob o símbolo do status e da sofisticação SOUZA 2004 p.99

Estendendo nosso estudo sobre outra etnia indígena numerosa, é possível identificar um fato muito similar ocorrido com os Bororo (pertencentes ao mesmo tronco linguístico Jê) do estado do Mato Grosso do Sul, sendo o álcool uma clara forma de domínio por parte da sociedade envolvente:

Os Bororo "se entregaram" não só no sentido militar, mas também amorosamente, no sentido relacional, do vínculo que vai estabelecer-se com a sociedade dominante daí por diante. Eles acreditaram, fizeram um voto de confiança nas promessas e nas alianças que, sabemos, foram todas abandonadas posteriormente. A 'pacificação' conseguida nos Bororo pelas autoridades civís, militares e religiosas (processo que os índios chamam mais honestamente de "amansamento"), seguida do desapontamento, foi tudo tão maciço (e cronologicamente associado ao álcool), que produz uma mudança permanente na própria personalidade étnica ou modal (cf. Devereux, 1972), aparecendo características de dependência extrema, exigência de provisão e atenção, e ressentimento profundo.QUILES 1999 p. 182

E ainda no caso dos Bororo, Quiles (1999) destaca que possuem uma índole notoriamente desprovida de hostilidade, sendo assim “patologicamente passivos” na relação com a sociedade envolvente, e com o uso do álcool aguça-se o que o próprio autor chamaria de recuperação da força perdida, ou seja, fatos esquecidos ou negligenciados pelo Bororo são lembrados com o uso alcoólico, como destaca:

E aí temos outra função do álcool para a personalidade Bororo atual: através dele, recuperam a força perdida, a agressividade para se defender (ou se vingar). São inúmeros os testemunhos de que Bororo bebe para "ganhar coragem", pois a expressão "falta de coragem" abrange tudo o que queremos significar como a repressão de toda agressividade. QUILES (1999, p. 184)

Observamos assim que ambas etnias tem histórias muito similares na inserção de alambiques nas aldeias como forma de controle. Diferentemente do caso dos Bororo, os Kaingang possuem uma beligerância firmada nos anos de relação com os *fog*, não-índios. São vastos os relatos de pioneiros em Mota (2009), que muito sofreram com a resistência que os Kaingang empreenderam para defender seus territórios. Já Oliveira (2001) traz a luz um ocorrido que nos chamou atenção:

Em 1990, um triste retrato desta situação foi descrita por eles sobre a ocorrência de uma briga entre um grupo de homens e mulheres Kaingáng que bebiam numa venda acerca da aldeia. Depois de se embriagarem houve um desentendimento que culminou com a morte de dois Kaingáng a golpes de foice. Vale lembrar que a forma utilizada para tal fim foi exatamente a mesma que usavam tradicionalmente quando guerreavam com seus inimigos. (OLIVEIRA 2001 p.. 118)

Uma idéia fecunda, de Fanon (1968) apud Mota (2009), pode nos trazer esclarecimentos contundentes e históricos, ainda sobre as Guerras e formas de resistência: “Para ele (Fanon), a violência do colonizador contra o colonizado tem mão dupla: a qualquer momento o colonizado reage, também de forma violenta, contra aquele que o oprime” (MOTA 2009 p. 114)

Oliveira (2001) apresentou a questão beligerante, bem como a ingestão de álcool como fator agravante da violência:

Parece portanto, que formas de violência entre os Kaingáng, mesmo tendo características ligadas as conquistas, tem raízes em sua tradição de tempos imemoriais. A agressividade e violência eram práticas estimuladas entre os Kaingáng para se tornarem guerreiros. Atualmente a violência é transportada para um contexto onde o alcoolismo se impõe. Parece crer que assim como a (re) organização e reelaboração de práticas tradicionais como festas, danças, jogos, etc., a violência e agressividade também foram reorganizados e hoje são inseridos no âmbito doméstico e social e não são mais usadas as guerras e sim decorrentes da ingestão de bebidas alcólicas. OLIVEIRA 2001 p. 121

A autora destaca também uma certa ludicidade proporcionada pelo uso de bebidas, como também pudemos notar sua maior incidência em bailes e eventos festivos.

É preciso também refletir sobre o lado lúdico que a bebida proporciona ou proporcionou a eles, conforme já mencionamos desde o passado antigo até a atualidade. Não podemos desconsiderar esta realidade ainda que pese toda a problemática e transtornos causados pela bebida. OLIVEIRA 2001 p. 122

Em decorrência dos estudos existentes sobre o tema e das observações feitas, pode-se perceber a gravidade e profundidade do problema do alcoolismo entre comunidades indígenas. Os próprios caciques, embora não verbalizem, por não terem repertório sobre isto em língua portuguesa ou por quererem preservar a comunidade contra o preconceito do alcoolismo, tem esta compreensão, uma vez que buscam, incessantemente, uma saída sem que esta seja representada apenas pela coerção, proibição e castigos.

Medidas Profiláticas

No que se refere às medidas preventivas, podemos destacar que são tomadas por parte das lideranças, e quase sempre em parceria com a prefeitura, equipe pedagógica das escolas, professores, profissionais de saúde e, em alguns casos, Universidades. As observações e registros possibilitam destacar algumas medidas tomadas, dentre elas

tanto a liberação moderada como a repressão nos casos de abuso, “exagero” no consumo de álcool, brigas, espancamentos etc. Todas as aldeias Kaingang tem um espaço, uma construção muito rudimentar de alvenaria ou madeira, chamada de cadeia (sem banheiros, camas, cobertores ou qualquer outra estrutura, geralmente serve de morada de 2 a 3 dias, de acordo com o grau da infração cometida pelo indígena). Observamos que estas cadeias são demasiadamente próximas da escola, situando-se no centro da aldeia. Tal fato fora justificado por uma liderança Kaingang, quando perguntada, como sendo importante para que as crianças aprendam o que não se deve fazer.

Em uma das Terras, um professor indígena que ingerira grande quantidade de bebida, espancou sua esposa e por isso foi preso pela polícia indígena (um tipo de liderança de apoio ao cacique), a mando do cacique que é seu tio. No dia seguinte, no horário de sua aula foi solto e dirigiu-se diretamente à escola para ministrar sua aula, retornando depois para terminar de cumprir sua “pena”.

A nosso ver, estes fatos têm significados profundos que devem ser analisados cuidadosamente, concomitantes com o estudo da cultura Kaingang para que se possa ter uma melhor compreensão sobre o significado do alto índice de alcoolismo entre as comunidades.

Entretanto, uma medida observada fora uma intervenção direta realizada em uma das maiores aldeias do Paraná. A pedido do cacique foram chamados filhos, esposas e pais de alcoolistas para que assim fossem contar suas vivências na escola. Acredita-se que o impacto proveniente dos relatos dramáticos, diretamente sobre os mais jovens poderá coibir futuros bebedores.

A escola se mostra muito propícia em desenvolver medidas preventivas, conforme a descrita acima, podemos notar a manutenção da dinâmica Kaingang na escola, como destaca Faustino (2010):

Essa educação tradicional é responsabilidade da comunidade e disseminada através da oralidade, de modo coletivo. A educação está pautada no fazer diário, e há aplicabilidade nessa aquisição de conhecimento, como o trabalho na roça, o trabalho em casa, o trabalho com o artesanato, o cuidar dos irmãos mais novos, ou o respeitar uma orientação dada pelos adultos. (FAUSTINO 2010 p. 218)

Mesmo havendo possibilidade preventiva, ainda faz-se necessária a atenção para medidas que ocorram na escola, dado que mesmo muitas vezes sendo estruturadas, ainda apresentam carências como a defasagem na formação de professores, de material didático adequado, de projetos coletivos que contem com o envolvimento da liderança indígena, equipe pedagógica, professores e comunidade de forma geral.

Ainda não há entre os Kaingang no Paraná a compreensão plena sobre o papel da aprendizagem escolar, da aquisição do conhecimento sistematizado como uma forma de desenvolver funções intelectuais superiores (memória, percepção, sentimentos, capacidade de análise e síntese), pois essas, entre o grupo, são desenvolvidas por meio de outras estratégias. (FAUSTINO 2010 p. 218)

Considerações Finais

Apesar de confinados em pequenas áreas, a literatura sobre o tema é unânime em evidenciar que os Kaingang nem se “aculturaram” como previa o projeto do Estado e nem foram subsumidos ou integrados pela sociedade envolvente. Ao contrário, se mantiveram como populações diferenciadas, conseguiram preservar a língua materna (todos os Kaingang no Paraná falam ou conhecem com profundidade sua língua materna. Em muitas Terras, a usam em todas as situações cotidianas e, mesmo sendo bilíngües, só usam o português nos contatos com não-índios) e parte de suas tradições.

Em decorrência de algumas políticas públicas, tais como o Bolsa Família, Leite das Crianças, Casa da Família Indígena e outras, a população indígena do Estado voltou a apresentar grande crescimento demográfico, adquiriram maior visibilidade e passaram a recolocar a questão da terra (a perda de seus territórios), da saúde e da educação como pontos principais de suas lutas.

Em nossas observações, evidenciam-se alguns elementos, primeiramente e de maneira óbvia o alcoolismo se mostra como problema grave, que possivelmente veio se agravando desde a implementação de alambiques e posteriormente frente uma certa negligência por parte do poder público, da FUNASA que não interveio na questão de forma eficiente.

Ao longo da história, os Kaingang resistiram e foram agentes de sua história. Incorporam muitos elementos em contato com a cultura dos colonizadores, descartaram



muitos porém o alcoolismo parece ter sido incorporado fortemente às tradições e, desta forma, representam um grande problema social para as aldeias. Assim, mostram-se imperativos estudos que transitem nas mais diversas áreas do conhecimento. Dada a complexidade da temática, somente uma abordagem crítica e abrangente poderá contribuir para a compreensão e transformação desta e de tantas outras patologias que acometem principalmente as populações vulneráveis economicamente como é o caso dos indígenas no Paraná.

Em relação à escola, independentemente do papel que assume na dinâmica social Kaingang, é instituição privilegiada para a apropriação do legado cultural e historicamente acumulado pela humanidade, sendo assim, torna-se um direito de todos, sejam deficientes, etnicamente “desfavorecidos”, e também se mostra para as comunidades, como a pesquisa permitiu-nos observar, como um eixo confiável para o desenvolvimento de medidas preventivas consideráveis em relação ao alcoolismo.

Referencias Bibliográficas

Benites, A. As narrativas de representantes indígenas sobre o uso de bebidas alcoólicas dentro das áreas indígenas. In: Seminário sobre alcoolismo e DST / Aids entre os povos indígenas. 2001.

Blog Dependência Química, UNIAD (unidade de pesquisa em álcool e drogas) disponível

em<http://www.uniad.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3976:sem-falar-portugues-indigena-passa-um-ano-internado-em-hospital-psiquiatrico&catid=29:dependencia-quimica-noticias&Itemid=94> Acessado em 12/05/2011

Faustino, R. C. (2010) Aprendizagem escolar entre os Kaingang no estado do Paraná: questões sobre língua, alfabetização e letramento. *Práxis Educativa* (Brasil), vol. 5, núm. pp. 213-219

Mota, L. T.(2009) As guerras dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no paraná (1769-1924). 2ª ed revisada e ampliada. Maringá : EDUEM.

Mota, L.T. et al (2000). As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões. Maringá: EDUEM.

Mota, L. T. (2000) As colônias indígenas no Paraná provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

MOTA, L.T. et al (2003) . Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí - PR. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Maringá/UEM/LAAE.



Oliveira, M & Kohatsu, M.(1999) - Relatório de atividades do programa de atendimento aos kaingáng do P.I.Apucarantina/ano de 1999. Londrina (PR) Relatório consolidado da 1ª Oficina Macrorregional de Estratégias de Prevenção e Controle das DST/AIDS para as Populações Indígenas das Regiões Sul Sudeste e Mato Grosso do Sul. Londrina.

Oliveira, M. (2001). Alcoolismo entre os kaingáng: do sagrado e lúdico à dependência.seminário sobre alcoolismo e DST/AIDS entre os povos indígenas.Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Políticas de Saúde/ Coordenação Nacional de DST e AIDS. pp.99-125.

Quiles M. L.(1999) A mansidão de fogo: aspectos etnopsicológicos entre o comportamento alcoólico entre os bororo. trabalho apresentado no seminário sobre alcoolismo e vulnerabilidade às DST/AIDS entre os Povos Indígenas. Londrina.

Souza, R. L.(2004) O uso de drogas e tabacos em ritos religiosos e na sociedade brasileira:uma análise comparativa Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA [11]; João Pessoa, ago./ dez.

Tommazino, K. (1995) *A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.